

LE COURRIER

Índice

O CORREIO, EDIÇÃO ESPECIAL NOVA EDIÇÃO (N.E)

EDITORIAL

Um poder delicado com a ética como única
legitimidade **2**

ABERTURA

Os debates de Uagadugu **3**

Meios de comunicação, línguas e desenvolvimento **4**

Um fórum global para o desenvolvimento
dos meios de comunicação **5**

ÉTICA

Paradoxo. Fragilização dos media jornalísticos
com a democracia **6**

PONTOS DE VISTA

Fórum Media e Desenvolvimento em Uagadugu:

“Falta ainda construir a relação entre
o ‘quarto poder’ e os outros poderes”(Jean Ping) **8**

A democracia necessita de tensões contraditórias

(Louis Michel) **9**

CASOS PRÁTICO

Esperança Prudente: Liberdade de expressão
na África Austral **10**

África Oriental: nem tudo o que brilha é ouro **12**

“De Freetown a Haia: a minha cobertura
do julgamento de Charles Taylor” **14**

Assegurar a democracia nas Caraíbas **16**

A comunicação social e o desenvolvimento
nas ilhas do Pacífico **18**

Fondation Hironnelle, meios de comunicação social
em zona de crise para milhões de auditores **19**

O “papel importante” da imprensa satírica na
dessacralização do poder em África **21**

JOVENS

Aminatou Sar, instrutora de crianças jornalistas **22**

Planètes Jeune: Para conhecer e entreter-se... **23**

INTERNET

Tendências no fosso digital em Áfricae **24**

Um poder delicado com a ética como única legitimidade



A imprensa (ou os meios de comunicação social) constitui o quarto poder a seguir aos poderes executivo, legislativo e judicial, cujo contorno está bem definido e que, numa democracia, recebem a sua legitimidade directa ou indirectamente do consenso popular. Antes de mais, no plano semântico, a palavra “imprensa” e a expressão «meios de comunicação social» são ou tornaram-se inexactas. Mais comumente utilizada nos países latinos, a palavra «imprensa», que se referia, na sua origem, às publicações em papel, englobou no decorrer da evolução tecnológica a difusão audiovisual. O âmbito sempre foi preciso e não ocorreu a ninguém incluir na imprensa, por exemplo, o cinema, ainda que documentário. A expressão “meios de comunicação social” era mais utilizada no mundo anglo-saxónico que havia muito cedo vulgarizado a expressão “mass media”, que gradualmente perdeu uma parte da sua precisão. Contudo, salvo erro, o Estado e as instituições continuam a emitir por toda a parte “cartões de imprensa”, pondo acauteladamente de parte todos os profissionais de outros meios de comunicação social. Existe portanto, efectivamente, uma discriminação semântica entre os meios de comunicação social jornalísticos e todos os restantes.

A diferença entre os meios de comunicação social jornalísticos e os restantes, incluindo a maior parte dos blogues, as publicações de empresas ou as revistas governamentais, está no facto destes últimos não serem obrigados ao que se pode pomposamente denominar de ética da imprensa, a qual se aproxima das verdades científicas que implicam instruir contra ou a favor quando se procura a verdade, por outras palavras, se não se pode ser objectivo, pelo menos que se seja honesto. Mas a honestidade não basta. É necessário que se facultem os meios para reduzir ao máximo os riscos de erro. É a exigência de qualidade. É igualmente necessário respeitar as regras morais que determinam a fronteira entre a informação útil para o bem

público e o público, na qual este encontra uma ajuda para usufruir dos seus direitos de ser humano livre e assumir os respectivos deveres, por outras palavras, para se desenvolver e participar no desenvolvimento geral sem se limitar à simples acumulação de riqueza ou mesmo de melhores condições, mas de bem-estar e de estar bem. Poderia alegar-se que a escola faz esse trabalho, que o Estado o faz, e mesmo a empresa à sua maneira, e também os blogues de políticos ou de grandes escritores ou de loucos apaixonados.

O que faz a diferença é que não é suposto a imprensa ter um programa a defender, uma ideia a transmitir, uma mercadoria a vender. Ela informa segundo as regras que adoptou e é essa informação que permite que as próprias pessoas se instruem e se ofereçam as capacidades de escolha. Eis a diferença.

A imprensa pode ser forçada pelo poder político ou outro a actuar num determinado sentido. Por vezes, ela coloca-se a si mesma às ordens. Tudo isto foi analisado em profundidade no Fórum “Meios de Comunicação Social e Desenvolvimento” organizado recentemente em Uagadugu, Burquina Faso, pelas Comissões da União Europeia e da União Africana. Foi igualmente abordada a forma como os meios de comunicação social jornalísticos participam no desenvolvimento e constituem efectivamente um quarto poder potencial, mas sem grande autoridade e com a única legitimidade da ética. Isto com a condição que os verdadeiros poderosos, os políticos e as forças do dinheiro, lhes permitam cumprir essa tarefa. Mas há excessos de ambas as partes. Esta edição de *O Correio* aborda essa questão e fornece informações sobre os progressos da imprensa nos países ACP e as pistas de desenvolvimentos que estão para vir.

Hegel Goutier
Redactor-Chefe



Hegel Goutier

Os debates de UAGADUGU

Participantes no Fórum Meios de Comunicação Social e Desenvolvimento, Uagadugu, Burkina Faso, 11 a 13 de Setembro de 2008.
© Forum Media and Development

O Fórum Meios de Comunicação e Desenvolvimento de Uagadugu concentrou-se em torno de quatro grandes temáticas: os meios de comunicação e a governação, a liberdade dos meios de comunicação entre a lei e a realidade, os estereótipos de África e da Europa, e os meios de comunicação locais. Em cada um dos pontos, foram apresentadas conclusões a partir das quais a Comissão Europeia e a União Africana delinearam um roteiro para o futuro.*

► Os meios de comunicação e a governação

A mesa redonda que tratou desta questão no Fórum Meios de Comunicação e Desenvolvimento foi presidida por Derge Théophile Balima, director do Centro Africano de Perícia e Pesquisa sobre os Meios de Comunicação (CERAM) que sublinhou, entre outras coisas, que a imprensa em África depressa desempenhou um papel de contra-poder e de espaço crítico, mas que essa função foi cada vez mais posta em causa pelo desenvolvimento de outros suportes de informação pertencentes a empresas e a grandes multinacionais. Sublinhou igualmente o papel da Internet, a qual escapa ao controlo dos legisladores africanos. É imperativo que os Estados de África tomem medidas legislativas para terem um acesso livre a uma informação livre. Em vários países, o Estado retém as

informações. Por exemplo, citou-se o caso do Senegal, onde os serviços estatais que questionam a corrupção não são obrigados a publicar as informações recolhidas.

Por outro lado, vários meios de comunicação do continente apenas transmitem as informações dos meios de comunicação estrangeiros. A análise de outra participante nos debates, Louise Mushikiwabo, ministra da informação do Ruanda, resume bem as conclusões do debate. Para ela, os meios de comunicação deviam ter um papel quádruplo: transmissores de informação, catalisadores de governação, termómetros das anomalias e guardas das liberdades.

As recomendações do painel prendem-se com a instituição de um quadro jurídico apropriado, a adopção de uma estratégia euro-africana de apoio aos meios de comunicação e o financiamento de estudos no sector.

► Liberdade dos meios de comunicação. A lei e a realidade

O debate organizado sob o tema escrutou as nuances, ou mesmo as divergências, existentes muitas vezes entre a lei e a realidade no terreno relativamente à liberdade de imprensa em África. Abdou Latif Coulibaly, que o presidia, sublinhou logo como é que o poder, mesmo após a transição democrática, continua a influenciar um dos meios de comunicação – a televisão. Sublinhou-se que para analisar a evolução da liberdade de imprensa em África, há que ter em conta três períodos: o tempo das transições democráticas, o tempo democrático e o da consolidação democrática. Este último coincide com o reforço da mundialização e exige medidas, se não globais, pelo menos harmonizadas, numa região do mundo. Harmonização esta que não se fez em África e que é indispensável.

A mesa redonda que tratou deste assunto chegou às mesmas conclusões que a primeira, insistindo na criação de instâncias de regulação supranacionais.

> Contra os estereótipos

Para Jean-Luc Maertens, director da Euronews que presidiu a mesa redonda sobre os estereótipos de África na Europa e os da Europa em África, respectivamente os de uma África irresponsável e incapaz e de uma Europa egoísta e xenófoba, estes devem-se em grande parte aos meios de comunicação. É óbvio que é difícil fazê-los desaparecer, mas deveriam ser instituídas certas medidas para atenuar os impactos, tal como uma forte pressão em determinados sites que os veiculam e apoio à liberalização dos meios de comunicação que ao alcançarem uma maior audiência utilizarão uma abordagem menos egocentrista, sobretudo para os meios de comunicação comunitários.

> O papel dos meios de comunicação locais

Annie Lenoble-Bart**, professora de informação e comunicação na Universidade Bordeaux III, que presidiu a sessão de discussão dedicada aos meios de comunicação locais, realçou sobretudo o papel das rádios locais no processo de desenvolvimento, uma vez que permite mais facilmente aos outros meios de comunicação conciliar o local, o regional e o internacional. Tudo isto sublinhando os condicionalismos que travam o grande potencial deste tipo de meios de comunicação, como, por vezes, um encerramento numa espécie de folclore local.

Aminatou Sar, coordenadora regional dos projectos “Meios de comunicação para crianças” da ONG “PLAN” fez uma das intervenções mais marcantes do fórum, trazendo as diferentes problemáticas abordadas do ponto de vista das crianças e mostrando como estas são vítimas, assim como os adultos, dos entraves ao livre funcionamento da imprensa ou das

derivações dos meios de comunicação, mas tendo prejuízos suplementares enquanto crianças. Daí a estratégia da sua organização de dar às crianças acesso aos meios de comunicação de toda a espécie em todo o continente.

As recomendações aqui visam essencialmente o reforço das capacidades dos animadores e gestores dos meios de comunicação locais com uma atenção especial para grupos específicos como as mulheres e as crianças. ■

* Para mais informações sobre o ‘roteiro’, ver o artigo publicado na 8ª edição da revista, página 23.

** ‘Connaitre les médias d’Afrique subsaharienne’ (“Conhecer os meios de comunicação da África subsariana”), sob a direcção de Annie Lenoble-Bart e André-Jean Tudesq.

Para mais detalhes sobre os participantes e debates durante o Fórum, ver: <http://media-dev.eu/>

Palavras-chave

Fórum Meios de Comunicação e Desenvolvimento; Uagadugu; Burkina Faso; Annie Lenoble-Bart; Aminatour Sarr; Aboud Latif Coulibaly; Derge Théophile Balima; Louise Mushikiwabo; governação; Liberdade dos meios de comunicação.



Meios de comunicação, línguas e desenvolvimento

Depois da independência ou no período da transição democrática, a questão da língua era crucial para os governos e os meios de comunicação. A obra “Conhecer os meios de comunicação da África subsariana”, publicada sob a direcção de Annie Lenoble-Bart e André-Jean Tudesq, relata em profundidade o tratamento dos mesmos na África subsariana. Outros países ACP enfrentaram o mesmo problema.*

A maioria dos países recentemente independentes de África escolheram, na década de 60 ou mais tarde, manter como língua oficial a da antiga metrópole e os respectivos meios de comunicação fizeram o mesmo. Mas depressa a rádio, seguida mais tarde pela televisão e alguns jornais começaram a dirigir-se a determinadas camadas da população numa língua vernacular.

Brice Rambaud** faz uma comparação das escolhas do Quénia e da Tanzânia. O líder revolucionário queniano, Jomo Kenyatta, considerava que o inglês oferecia mais trunfos do

que o swahili, falado unicamente em alguns países africanos. Encorajou a imprensa a segui-lo fornecendo-lhe um apoio importante. E este país dispõe de uma imprensa de qualidade que participa activamente no desenvolvimento. No país vizinho, a Tanzânia, outro líder revolucionário, Julius Nyerere, fez a análise contrária dando também um apoio importante à imprensa swahilifona. Com o mesmo bom resultado. Conclusão possível: são a boa governação e a qualidade da imprensa que contam mais.

Dois países crioulofonos, Seicheles e Haiti, têm mais de uma língua oficial, das quais o crioulo. No Haiti, o projecto de constituição

apresentado ao povo e que ia, entre outras coisas, conferir ao crioulo o duplo estatuto de língua “nacional” e oficial, foi redigido em crioulo. Resultado: o povo participou com mais de 80% de votos e está mais envolvido no debate político.

H.G. ■

* Publicado pelas Editions Karthala, 2008, 180 p.

** Citado na obra acima.

Palavras-chave

Meios; línguas; desenvolvimento; Annie Lenoble-Bart; André-Jean Tudesq; Brice Rambaud; Quénia; Tanzânia.

Um FÓRUM GLOBAL para o DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Cerca de 500 peritos dos meios de comunicação de mais de 100 países reuniram-se em Atenas, de 7 a 10 de Dezembro, para assistirem ao segundo Fórum Global para o Desenvolvimento dos Meios de Comunicação (GFMD). O objectivo? Desenvolver estratégias comuns para o desenvolvimento dos meios de comunicação e garantir que os meios de comunicação livres, independentes e pluralistas se encontram no centro dos programas de desenvolvimento.

Aberta pelo Presidente da Grécia, o Dr. Karolos Papoulias, a conferência foi frequentada por oradores importantes, como o vencedor do Prémio Nobel Orhan Pamuk e os representantes de alto nível da ONU, UNESCO, Banco Mundial e outras instituições intergovernamentais. Os principais executivos dos meios de comunicação e os principais representantes de uma vasta gama de organizações de desenvolvimento dos meios de comunicação apresentaram ideais inovadoras para garantirem a sustentabilidade dos meios de comunicação independentes. A Conferência faz parte da celebração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que terá a duração de um ano, e foi lançada a 10 de Dezembro

de 2007, encerrando no último dia da conferência de Atenas, a 10 de Dezembro de 2008.

O Fórum Global para o Desenvolvimento dos Meios de Comunicação representa uma rede de cerca de 500 organizações de apoio aos meios de comunicação de 100 países de todo o mundo, criada para realçar a importância de meios de comunicação livres, independentes e viáveis ao desenvolvimento humano e económico. A missão do GFMD, segundo a respectiva directora, Bettina Peters, é tornar o desenvolvimento dos meios de comunicação uma parte integrante das estratégias globais de desenvolvimento, tal como a educação ou a saúde: “É muito comum o apoio aos meios de comunicação ser relegado para os objectivos de desenvolvimento da comunicação e os objectivos do GFMD visam

tornar o apoio aos meios de comunicação um sector de pleno direito. Os valores básicos do GFMD são a livre expressão, a liberdade dos meios de comunicação e o jornalismo independente, conforme definido pelos documentos internacionalmente aceites, como a Declaração Windhoek da UNESCO. O GFMD acredita que meios de comunicação livres, independentes, viáveis e inclusivos são pré-requisitos para a criação e o reforço da sociedade democrática e do desenvolvimento humano.” ■

Palavras-chave

Fórum Global para o Desenvolvimento dos Meios de Comunicação (GFMD); Atenas; Grécia; Karolos Papoulias; Orhan Pamuk; UNESCO; Bettina Peters.

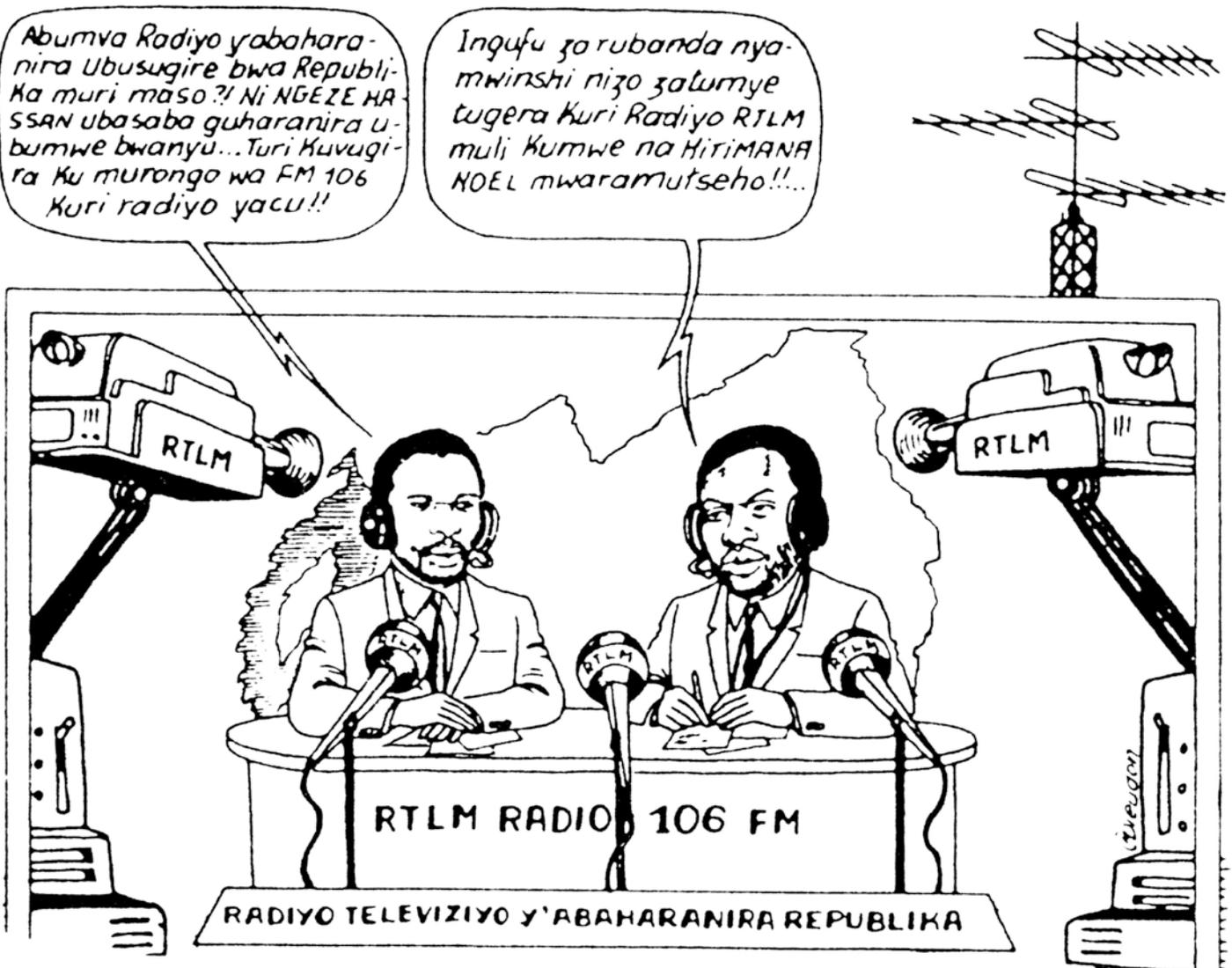


A liberdade de imprensa foi um tema central do GFMD em Atenas. Ilustração do pintor e cartoonista do Burkina Faso, Hamidou Zoetaba. Com o consentimento do Fórum Meios de Comunicação Social e Desenvolvimento



PARADOXO.

FRAGILIZAÇÃO dos media jornalísticos com a DEMOCRACIA



Os meios de comunicação social tiveram um papel devastador no genocídio do Ruanda. Esta ilustração, publicada em Julho de 1993 no n.º 46 do jornal Kangura, é um símbolo da aliança entre a imprensa, a rádio e a televisão extremistas pró-hutu. Extraída do livro Rwanda. Les medias de la haine (de J.-P.Chretien), Ed. Karthala. Com consentimento de Karthala.



Com a democratização, os jornalistas adquiriram mais liberdade de expressão. O seu número aumentou, bem como o número dos meios de comunicação. A maioria tem de fazer face, para sobreviver, às leis rígidas de um mercado restrito. Em paralelo, o orçamento do Estado destinado à imprensa diminuiu. Novos meios de comunicação tais como os das empresas ou de acesso gratuito surgiram. Sem contar com os que são dedicados ao comunitarismo ou à religião. E existe também a Internet. A profissão de jornalista ficou mais fragilizada, correndo-se o risco de uma diminuição da qualidade. Sem falar da confusão entre “media” produzidos por profissionais atentos à ética jornalística e os outros.

Na época das ditaduras em África e noutros países em desenvolvimento, cada governo ou partido no poder controlava a sua imprensa e reprimia qualquer desejo de independência. A transição democrática foi frequentemente antecedida pela necessidade de uma imprensa (escrita ou audiovisual) corajosa, muitas vezes constituída por alguns independentes que pagaram caro o seu empenho e ousadia. Muitas vezes com a sua vida. A sua existência era um sinal do início do fim das autocracias.

A transição democrática era muitas vezes acompanhada por um aumento do número dos meios de comunicação. Cresceu a competição pelas audiências e a publicidade. Este período coincidiu com a unipolarização do mundo após a queda do muro de Berlim, alguns ajustes estruturais e outras restrições orçamentais. Os novos governos democráticos raramente consideraram o apoio à imprensa como uma prioridade, à excepção de alguns países como a Tanzânia, e até neste caso, o poder tinha um objectivo, que consistia em promover o swahili como primeira língua.

► Diminuição da qualidade ou falta de meios

Nestas condições precárias, a profissão de jornalista tornou-se frequentemente, nestes países em desenvolvimento, uma profissão de pobre. Relativamente ao período de transição, assistimos muitas vezes a uma diminuição da qualidade. Primeiro, porque o recrutamento não pode ser selectivo quando se oferecem

salários baixos. Também devido à falta de escolas profissionais. Contudo, a árvore não pode esconder a floresta. Muitos jornalistas nos países em desenvolvimento possuem as qualidades necessárias para o bom desempenho da sua profissão. São titulares na maioria de um diploma de jornalista ou equivalente. O jornalismo é também uma visão do mundo, uma aproximação, uma ética. Pense no Jack London.

Esta ética está em perigo na precariedade de material. Um jornalista que vive em Uagadugu ou em Kingston, ou em qualquer local que não tenha meios de transporte, que não pode pagar a sua bebida no hotel onde deve entrevistar um cooperante estrangeiro ou um chefe de gabinete ministerial e sobretudo que deve, para viver, aceitar ser remunerado através do orçamento de um lobby, de um político ou de uma redacção estrangeira, encontra-se numa situação de fragilidade em relação à ética da sua profissão. Aquando da luta pela liberdade, os jornalistas independentes, nos países em desenvolvimento, foram frequentemente um exemplo de coragem. Contudo, o que acontece a seguir? Podemos ser corajosos e resistir à falta de liberdade enquanto lutamos por ela mas é difícil sê-lo desta forma ao longo da vida.

► Os cânticos das sereias

Jornalistas mal pagos constituem uma reserva de mão-de-obra para a comunicação de grandes empresas ou de organizações e personalidades políticas do poder ou da oposição.

Podem igualmente ser atraídos pelos cânticos das sereias das seitas religiosas e de organizações comunitaristas* providas muitas vezes de recursos consequentes. Se a maioria respeitam as regras da democracia, primam pela qualidade e contribuem grandemente à formação da sociedade, nem todos são assim. As lembranças do Ruanda estão ainda vivas.

► Norte-Sul. Para uma maior colaboração e menos estágios

Quando um jornalista, para sobreviver, joga com as regras de ética da sua profissão, costuma estar ciente desse facto. Contudo, o inimigo da independência da imprensa, hoje em dia, nos países do Sul, já quase não é a ditadura mas os baixos salários dos jornalistas. Os que são remunerados correctamente pelos media estrangeiros ou locais são cada vez mais reconhecidos pela qualidade dos seus trabalhos. Os media do Norte apoiam cada vez mais os jornalistas do Sul, nomeadamente através da realização de estágios. Uma forma de apoiá-los, neste mundo onde a distância já não constitui um problema técnico para a circulação e a procura de informações, poderia passar por aproveitar os seus serviços, recrutando-os obviamente com o rigor exigido. Cada vez mais profissionais europeus estão cientes disto.

H.G. ■

* não confundir com as associações e os media comunitários.

Palavras-chave

Hegel Goutier; comunitarismo; transição democrática; ética jornalística.



Pontos de vista

O Presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, a ser entrevistado pela BBC. © Forum Media and Development. © Forum Media and Development

**FÓRUM MEDIA E DESENVOLVIMENTO
UAGADUGU, BURKINA FASO
11-13 DE SETEMBRO DE 2008
ORGANIZADO PELA COMISSÃO EUROPEIA
E A COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA**



“Falta ainda construir a relação entre o ‘QUARTO PODER’ e os outros poderes”

Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana

A problemática “Media e desenvolvimento” não é nova nem é simples. Ainda é tema de diversos debates, mobilizando uma pluralidade de actores. A sua pertinência e o seu lugar central no projecto de governação democrática, inscrito no Acto constitutivo da União Africana, já foram comprovados.

O papel dos media nos esforços de desenvolvimento dos nossos países já não oferece dúvidas. Diversos exemplos testemunham diariamente esta realidade, em domínios tão diversos como a educação, a saúde, a ciência e a técnica, o ambiente, o combate contra a pobreza, a promoção do Estado de direito e a prevenção de conflitos. Neste contexto, queria sublinhar, para me congratular com o facto, a contribuição notável dos media ditos de proximidade (rádio e televisão comunitários), na medida em que respondem a necessidades específicas. Oferecem um espaço de expressão aos sectores mais desfavorecidos das populações locais e promovem uma aproximação participativa.

Pelo seu lado, a Comissão da União Africana pretende contribuir ao reforço das capacidades da imprensa africana e ajudá-la a desempenhar plenamente o papel que lhe cabe no projecto de desenvolvimento socioeconómico do conti-

nente. Foi assim que incluímos, na agenda dos programas prioritários para 2009, a formação de jornalistas africanos no domínio das ciências e das técnicas. Este programa consiste na concessão de bolsas “União Africana” a 106 jornalistas jovens de origem africana, duas por cada país, para uma formação/especialização que terá a duração de 24 meses em instituições e redacções, africanas e estrangeiras. Tratar-se-á, desta forma, de preencher as lacunas verificadas ao nível da imprensa especializada no domínio crucial das ciências e das técnicas.

Gostaria, nesta fase, de prestar uma homenagem merecida aos profissionais da informação e da comunicação pela sua contribuição inestimável, em condições frequentemente muito difíceis e por vezes correndo risco de vida, para a consolidação dos processos democráticos no continente africano e para o reforço da transparência na gestão das questões públicas. A este propósito, nunca

será demais sublinharmos a importância que reveste a independência dos media no exercício das suas missões de informação. Temos de reconhecer que, apesar dos avanços notáveis registados nos últimos anos, ainda resta muito por fazer em relação à consolidação da liberdade de imprensa, de modo a que se torne uma conquista irreversível para o progresso democrático em África. Na realidade, falta ainda construir e reforçar a relação entre o chamado “quarto” poder e os outros poderes.

É igualmente importante ajudar os media africanos a enfrentar o desafio da perenidade.

De um modo mais geral, a reflexão deve incidir sobre a questão da elaboração de um quadro jurídico global que estabeleça os deveres e obrigações de todos os actores implicados e que tenha em conta o imperativo democrático. Será a carta Pan-Africana sobre os media uma panaceia? A questão merece ser discutida de um modo mais aprofundado. ■



LA DÉMOCRATIE A BESOIN DE TENSIONS CONTRADICTOIRES

Louis Michel na Sessão Plenária de Abertura do Fórum Meios de Comunicação Social e Desenvolvimento.
© Forum Media and Development



A DEMOCRACIA necessita de tensões contraditórias

Louis Michel, Comissário europeu para o Desenvolvimento e a Ajuda Comunitária

Estou muito feliz por poder falar sobre um tema que está relacionado com a própria essência da democracia: o papel dos media. A liberdade, a independência – sem ser a neutralidade –, a objectividade dos media são vectores de educação, de cultura, de desenvolvimento e indicadores da qualidade mais ou menos elevada da democracia.

A minha convicção foi sempre que a democracia necessita de tensões contraditórias baseadas na expressão de opiniões diferentes. A confrontação retórica favorece frequentemente o progresso no plano político, no plano humano e no plano social. Possui, além do mais, uma outra virtude que é de oferecer uma válvula de escape apaziguadora que garante a pacificação e a estabilidade de uma comunidade. A organização democrática de uma sociedade deve permitir ao poder explicar e justificar, mas também deve garantir aos contra-poderes a possibilidade de confrontar, denunciar, opor-se e propor alternativas. A democracia só pode sobreviver quando oferece uma possibilidade de alternativa.

O chamado Estado laico assenta no poder legislativo, executivo e judiciário. Contudo, nem o exercício imparcial destes poderes seria suficiente, na minha opinião, para manter viva uma democracia moderna, na medida em que

lhe faltaria a supervisão contestatária, e até impertinente da sociedade civil cuja imprensa representa a voz e a pluralidade. Só uma imprensa livre e independente pode garantir o que eu chamo um Estado justo. A imprensa é desta forma, mesmo sendo insuficiente, uma condição necessária da democracia. Media responsáveis e independentes são um pré-requisito desse Estado justo. São a garantia:

- de eleições livres,
- de um sistema político, económico e administrativo responsável,
- de uma democracia viva,
- de uma sociedade de progressos,
- numa palavra, permitem fazer avançar o desenvolvimento.

Os media representam isto tudo: pilares da democracia, actores da sociedade civil, vectores de informação.

Não temos receitas já feitas, não viemos com as recomendações “dos que sabem...”. As questões às quais tentamos responder são

válidas tanto para os Europeus como para os Africanos e devem responder aos mesmos desafios: financiamento, independência, deontologia, respeito pela verdade, defesa em prol da justiça, protecção das fontes, imprensa de opinião ou não, pluralidade... Devemos igualmente interrogar-nos sobre o lugar tão importante dos media locais e do potencial incomparável de desenvolvimento que podem gerar na apropriação dos projectos de desenvolvimento, a coesão social, a mobilização e o envolvimento dos cidadãos. Como é que os media podem contribuir para a governação e para o desenvolvimento de um Estado justo? Como definir um quadro jurídico que permita melhorar a situação dos media e a sua liberdade no terreno?

Estou convicto da importância desta dimensão local do desenvolvimento e é exactamente por essa razão que as Jornadas Europeias do Desenvolvimento 2008 estão centradas nesta temática. ■



Esperança Prudente: **LIBERDADE DE EXPRESSÃO** na África Austral

Os meios de comunicação e a liberdade de expressão são cada vez mais uma questão na região da África austral, estando a maioria dos países em processo de discussão sobre as novas leis dos meios de comunicação e a eliminação do crescimento dos mesmos em alguns países. A África austral ainda está a vivenciar o desenvolvimento dos respectivos meios de comunicação e países como o Zimbabué ainda têm um longo caminho a percorrer nesta área. Para demonstrar o estado dos meios de comunicação na África austral, é necessário olhar para as lutas políticas na South Africa Broadcasting Corporation e para o encerramento de um jornal na Tanzânia em Outubro. Estes dois países são dos mais estáveis na região e a agitação nos mesmos repercutir-se-á no resto da região. Enquanto surgem estes novos desafios, a região ainda tem de contender com as piores leis relativas a meios de comunicação em países como o Zimbabué, a Suazilândia e o Lesoto. Nem tudo está perdido, uma vez que a utilização de telemóveis e da internet está a crescer na região, dando esperança a milhões de pessoas que ainda não têm acesso à informação.

A democratização da África austral, um projecto de inícios dos anos 90, viu muitas alterações na região, nomeadamente a independência da Namíbia e da África do Sul e a consolidação do multipartidarismo político na Zâmbia, Malávi, Tanzânia, Botsuana, Madagáscar e Moçambique. Ao mesmo tempo, a região teve de lidar com as situações que se desenvolveram no Lesoto, Zimbabué e República Democrática do Congo (RDC). No centro destes desafios encontram-se os meios de comunicação e os direitos de liberdade de expressão no discurso nacional, especialmente a transformação política, o relato das violações dos direitos humanos e a corrupção. É difícil, se não impossível, classificar os países da África austral nessa base, mas podem ser elaboradas categorias.

A África do Sul, o Botsuana, a Tanzânia, Madagáscar, a Maurícia, a Zâmbia, o Malávi, a Namíbia e Moçambique encontram-se provavelmente na sua própria categoria, onde se pode dizer que existe pluralidade e diversidade nos meios de comunicação, mas não sem desafios. Nestes países, os meios de comunicação são muito diversificados, especialmente desde os anos 90. Esta categoria tem vários jornais impressos por intervenientes privados, bem como por estações de transmissão e jornais estatais. Embora a maioria dos meios de comunicação estatais tenha desempenhado um

papel de apoio aos projectos do governo naquilo que este sector chama de “jornalismo de desenvolvimento”, os meios de comunicação privados ou independentes têm se esforçado por denunciar questões de má governação e corrupção. Isto resulta no facto de os meios de comunicação terem os mesmos defeitos que os partidos da oposição.

► Vistos como a oposição

Ser visto como parte da oposição apresenta os seus próprios desafios. Na Namíbia, por exemplo, o governo ainda mantém a banicção da publicidade no jornal “The Namibian”, o qual acusa de escrever negativamente sobre o governo liderado pelo SWAPO. Na África do Sul, o governo ameaçou parar a publicidade do “Sunday Times” após denúncias importantes sobre um escândalo de aquisição de armas que fez submergir a liderança política naquele país. O partido no poder na África do Sul, o Africa National Congress (ANC), propôs igualmente legislação que restringisse a liberdade dos meios de comunicação. O mesmo sucedeu no Botsuana.

Além das ameaças de sanções económicas, todos os países neste agrupamento propuseram leis para refrear a liberdade dos meios de comunicação e dos jornalistas sob a capa da protecção dos interesses nacionais. Na altura

em que este artigo foi escrito (em Outubro de 2008), o governo da Zâmbia andava atrás do jornal “The Post”, ameaçando negociar com o jornal se o candidato presidencial do mesmo, e actual presidente em exercício, Rupiah Banda, ganhasse a eleição presidencial parcial naquele país (lembre-se que neste momento a Zâmbia tem um novo Presidente). No Malávi, o estado ameaçou encerrar estações de rádio privadas acusadas de apoiar a oposição. O Botsuana, que já foi visto como o marco da esperança no continente, está a discutir uma lei para os profissionais dos meios de comunicação, a qual os críticos preferem à abominável lei do Zimbabué de acesso às informações e protecção da privacidade (AIPPA) ao abrigo da qual jornalistas e jornais foram perseguidos. Ao abrigo da lei proposta, o governo registaria os jornalistas e sujeitá-los-ia a um código disciplinar desenvolvido por uma comissão nomeada pelo governo. Os que criticaram o governo do Botsuana, nomeadamente o tratamento dado pelo mesmo às comunidades minoritárias San, foram expulsos do país. Na África austral, geralmente todos os meios de comunicação têm uma fixação pela política, enquanto negligenciam áreas críticas de preocupação para o cidadão comum, incluindo uma maior cobertura das questões relacionadas com o VIH/SIDA e com a dimensão do género, entre outras. Quando se divulga a corrupção, é maioritariamente relacionada com a política.



Casos Práticos

Karen Botha (África do Sul), Train.
Publicado no Africa Comics, Lai-momo 2002

O segundo grupo dos meios de comunicação na África austral inclui o Zimbabué, a RDC, o Lesoto e a Suazilândia. Nestes países, os meios de comunicação funcionam sob estrito controlo e as ameaças são postas em acção. Nos últimos anos, o Zimbabué banuiu quatro jornais e exilou vários jornalistas. Os meios de comunicação privados operam num campo minado jurídico no qual literalmente qualquer coisa crítica sobre a elite governante pode resultar em detenção. Se alguém escapar à detenção, são utilizados meios extrajudiciais, incluindo o homicídio de um operador de câmara independente e o espancamento de jornalistas. A Suazilândia está a apertar cada vez mais o controlo dos meios de comunicação e os direitos de liberdade de expressão são cada vez mais usurpados sem impunidade. A crescente procura de pluralidade política está a extrair o pior do último Monarca absoluto do mundo, à medida que as marchas, as procissões e as manifestações são banidas. Os meios de comunicação privados estão constantemente a ser incitados a respeitarem as regras. O mesmo acontece no Lesoto, onde a "Harvest FM", uma estação de rádio privada, levou a banição de 12 meses e os jornalistas privados foram ameaçados com processos penais e detenções. Na RDC, o jornalismo independente é raramente tolerado e ser-se crítico acarreta consequências extremas.

É importante mencionar que, embora os meios de comunicação e os direitos de liberdade de expressão ainda se encontrem em risco, o investimento nos meios de comunicação da região está a crescer, excepto em alguns países como o Zimbabué. E até no Zimbabué, reacendeu-se a esperança de que uma solução política entre os principais rivais políticos possa resultar no relaxamento dos meios de comunicação e em leis de liberdade de expressão. A crescente utilização de novas tecnologias na geração e partilha de informações é muito importante na África austral. Foi por esta razão que, muito embora o governo do Zimbabué tivesse meios para banir todos os meios de comunicação estrangeiros, a história do Zimbabué permaneceu no domínio público a nível regional e internacional devido à publicação online. A comunicação por telemóvel deu ao cidadão comum um novo poder de comunicação e de partilha de informações com poucas restrições. Contudo, ainda há muito para se fazer relativamente à revogação das leis não democráticas sobre os meios de comunicação e ao encorajamento do desenvolvimento dos mesmos e das telecomunicações. Não obstante, a África austral está a mudar, embora lentamente. ■



Palavras-chave

Meios de comunicação; África austral; democracia; oposição; multipartidarismo.

Sobre o MISA*

O Instituto dos Meios de Comunicação da África Austral (MISA) é uma organização não governamental com escritórios em 11 países da região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). O MISA foi lançado oficialmente em Setembro de 1992 com o objectivo de promover meios de comunicação livres, independentes e pluralistas, conforme previsto na declaração Windhoek de 1991. O secretariado regional do MISA está sediado em Windhoek, Namíbia, e coordena e capacita os pólos nacionais em Angola, Botsuana, Lesoto, Malávi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Tem por objectivo "um ambiente para os meios de comunicação que seja livre, independente, pluralista, sustentável e responsável na África austral, no qual a sociedade civil pode reivindicar informações e acesso às mesmas enquanto direitos inalienáveis e no qual o fluxo das informações mais livres daí resultantes reforce a democracia ao permitir mais participação de cidadãos informados".
Para informações: <http://www.misa.org/>

Peter G. Mwesige*

ÁFRICA ORIENTAL: nem tudo o que brilha é ouro

Os jornais e as estações de radio-difusão do Uganda foram descritos como um grande exemplo de meios de comunicação social dinâmicos numa região onde até chegarem os ‘ventos de mudança’ dos anos 90, a comunicação social era porta-voz do governo ou instrumento da oposição que desafiava o sistema, frequentemente com amargas consequências.

Actualmente, a cobertura crítica do governo é quase norma dos jornais independentes, enquanto os seus homólogos que são propriedade do governo já não se limitam a reproduzir as declarações oficiais, como tantas vezes acontecia no passado. Na rádio, debates políticos irreverentes são a principal consequência da liberalização das ondas hertzianas.

Mas nem tudo o que brilha é ouro. A pergunta pode ser feita à jornalista e autora belga Els de Temmerman. Em 1 de Dezembro de 2006, a Sra. de Temmerman iniciou funções de chefe de redacção do jornal *The New Vision*, o maior jornal do Uganda, anunciando no seu “contrato com o público” que “não estava

muito preocupada com a liberdade de imprensa no Uganda”.

Escreveu igualmente que tinha solicitado “garantias suficientes da minha independência editorial” e que só tinha aceiteado o cargo depois de receber estas garantias por escrito.

The New Vision começou a ser publicado há 22 anos como jornal propriedade do Estado. Embora o jornal esteja cotado na Bolsa (o governo cedeu 20 por cento das suas acções ao público na altura em que de Temmerman assumiu funções e outros 27 por cento mais recentemente), o governo nomeia o conselho de administração, o director executivo e o chefe de redacção e, é crença generalizada, interfere na cobertura política do jornal. No entanto, *The New Vision* permaneceu muito mais equilibrado e os seus resultados comerciais são muito superiores aos de outros jornais governamentais noutras regiões do continente.

Em 24 de Outubro, quase a completar dois anos no cargo, a Sra. de Temmerman demitiu-se do *The New Vision* porque “deixou

de contar com as garantias” de “independência editorial” que lhe tinham sido dadas quando assumiu as funções. Alguém bem informado disse que a Sra. de Temmerman se demitira depois de uma disputa acalorada com o director executivo da empresa, Robert Kabushenga, acerca da cobertura feita pelo jornal do Presidente Yoweri Museveni. Aparentemente, a Presidência queria mais fotografias e notícias sobre o Presidente.

A reacção provocada pela demissão sugere que a ‘pressão política’ de uma autoridade institucional que quer ter livre-trânsito nas notícias constitui o maior desafio para os órgãos noticiosos do país. De facto, nos últimos anos a notícia local e internacional mais importante nos meios de comunicação social do Uganda foi a pressão governamental reconhecida sobre Aga Khan para se livrar dos dirigentes e jornalistas do jornal “hostil” (leia-se, crítico do governo) independente *Monitor*. Os interesses de Aga Khan na região incluem o Nation Media Group (NMG), que detém a maioria das acções da empresa Monitor Publications Ltd, editora do *Daily Monitor* e do *Sunday Monitor*, e são proprietários da estação de rádio KFM e da estação de televisão NTV.

No início do último ano, a NTV foi fechada pelo governo durante quase dois meses por aquilo que foi largamente entendido como pressão sobre a NMG para controlar o *Monitor*, que continuara a publicar muitas notícias críticas do Presidente e do governo. Os órgãos noticiosos do Uganda, como aliás



no resto da África Oriental, continuam a defrontar-se com pressões políticas, ora flagrantes ora subtis.

Os meios de comunicação social da região continuam também a lutar contra a legislação jornalística restritiva, como as leis sobre a insubordinação, que criminalizam os delitos de publicação. No Quênia, onde os tribunais têm a reputação de atribuir indemnizações exorbitantes em processos de difamação tentados por funcionários públicos, o direito civil também continua a ser um problema, especialmente quando alguns juizes vão ao ponto de decidir que os meios de comunicação social comerciais e privados não podem alegar em sua defesa o 'interesse público'. Mas estas restrições políticas e jurídicas não podem, de facto, ser as maiores ameaças para os meios de comunicação social na África Oriental. A proliferação de jornais e de estações de rádio na sequência da liberalização dos meios de comunicação social nos anos 90 oculta muitas vezes os desafios económicos e os problemas internos que a comunicação social da região continua a atacar.

A circulação dos jornais continua a ser extremamente baixa em países como o Uganda e o Ruanda. No Uganda, por exemplo, com uma população de quase 30 milhões de habitantes, a circulação combinada de jornais diários é estimada em menos de 100.000 exemplares. A situação é diferente no vizinho Quênia, onde o principal jornal, *Daily Nation*, vende cerca de 170.000 exemplares por dia. Mas de um modo geral, em toda a região apenas cerca de quatro jornais em cada país vendem mais de 10.000 exemplares por dia. Na verdade, com algumas excepções em cada um dos países, muitos dos órgãos de comunicação social da região continuam a ser empresas pouco sólidas. Além disso, embora pareça existir suficiente diversidade de meios de comunicação social na região, com uma comunidade emergente de órgãos noticiosos a competirem pelas audiências, juntamente com órgãos de comunicação social privados agressivos, bem como outros órgãos detidos

pelo Estado, existem igualmente receios de que a conglomeração possa prejudicar no futuro o pluralismo da comunicação social exigido pela democracia.

Também permanece o desafio do profissionalismo. Embora os jornalistas da região tenham a melhor formação de sempre (várias universidades na região oferecem agora cursos de jornalismo e de comunicação de massas), mantêm-se as preocupações sobre o profissionalismo e as normas éticas em muitas salas de redacção. As inexactidões flagrantes, a falta de contexto, de profundidade e de rigor analítico na cobertura de notícias de muitos órgãos informativos, bem como os casos de jornalismo de 'envelope pardo' minam a credibilidade das instituições jornalísticas. Além disso, muitas salas de redacção têm pouca 'memória institucional', porque muitos dos jornalistas da região acabam por se passar para os domínios mais lucrativos do marketing e das relações públicas e para o sector das ONG.

A concorrência em grande escala pelas audiências fez com que as considerações empresariais assumissem um papel cada vez maior

na modelação do jornalismo na África Oriental. Muitas organizações da comunicação social permitiram que os grandes anunciantes sacrificassem a integridade jornalística no altar da rentabilidade. Não só existe uma relutância inquietante em aborrecer os grandes anunciantes, que raramente são sujeitos a qualquer exame jornalístico significativo, mas existe igualmente maior vontade de publicar informações promocionais das empresas disfarçadas de notícias.

Não tenhamos ilusões, o jornalismo da África Oriental avançou enormemente nas duas últimas décadas. A proliferação de canais de comunicação social e a concorrência sem precedentes pelas audiências gerou qualidade. Por exemplo, graças à concorrência e, claro, à evolução tecnológica, o estilo dos jornais da África Oriental está a anos-luz dos modelos inestéticos dos anos anteriores. A concorrência alargou igualmente os horizontes dos assuntos que podem ser cobertos pelos órgãos da comunicação social.



Mas nem tudo o que brilha é ouro. ■

* Dr. Mwesige, jornalista e professor de jornalismo, é o editor de formação do Nation Media Group, o maior grupo multimédia da África Oriental, sediado em Nairobi.

Acima:
Fundado em 1962, *Daily Nation* (Quênia) é um dos jornais mais importantes da África Oriental e Central.
© Daily Nation

Palavras-chave

Uganda; meios de comunicação social; jornalismo; New Vision; África Oriental; Daily Nation; Nation Media Group (NMG); Daily Monitor; Sunday Monitor; KFM; NTV; Els de Temmerman; Yoweri Museveni.

Mariama Khai Fornah*

“De FREETOWN a HAIA: a minha cobertura do julgamento de Charles Taylor”

O julgamento em curso do antigo Presidente da Libéria, Charles Taylor, captou a atenção de quase toda a gente na Serra Leoa e na Libéria. O julgamento realizado pelo Tribunal Especial para a Serra Leoa está sediado no Tribunal Penal Internacional (ICC) em Haia, Holanda. A guerra começou na Serra Leoa em Março de 1991 quando a Frente Revolucionária Unida da Serra Leoa (RUF) lançou a sua primeira campanha para Eastern Kailahun (Serra Leoa) a partir da Libéria. Antes do culminar da guerra, a corrupção e a má gestão no sector dos diamantes foram um dos principais motivos pelos quais a Serra Leoa se tornou, segundo dados das Nações Unidas (ONU), o país mais pobre do mundo.

Os rebeldes da RUF demonstraram a sua brutalidade decapitando líderes comunitários e empalando as respectivas cabeças. Foram notórios ao cometerem atrocidades como a violação de mulheres e meninas, a amputação de braços e pernas a civis, o recrutamento de crianças-soldados e a queima e pilhagem de casas.

Depois desta guerra, que durou uma década, a Serra Leoa pediu ao mundo que a ajudasse a entregar à justiça aquelas pessoas que eram alegadamente responsáveis pelos crimes cometidos.

O Tribunal Especial foi criado e instaurou um processo contra o antigo presidente da Libéria Charles Taylor em onze crimes contra a humanidade, crimes de guerra e graves violações da lei humanitária internacional. Está a ser julgado por ter ajudado a Frente Revolucionária Unida RUF apoiando-a em armas e munições durante a longa década de guerra na Serra Leoa. Em Abril de 2006, Charles Taylor foi detido e o julgamento do mesmo começou em 2007, em Haia.

Enquanto jornalista da Serra Leoa, é meu dever cobrir o julgamento todos os dias e manter as audiências da África ocidental informadas sobre o que se está a passar na sala do tribunal.

Trabalho com um jornalista da Libéria e somos os únicos jornalistas no mundo a falar

sobre o julgamento a partir da sala do tribunal e a produzir histórias diárias para o público tanto na Libéria como na Serra Leoa. Isto coloca em nós uma grande responsabilidade e pressão, mas para mim, é o sentido de responsabilidade que me tem ajudado a crescer e a desenvolver profissionalmente, e a tornar-me melhor naquilo que faço.

Foi a primeira vez que saí de África para viver e trabalhar na Europa. A Holanda é um país muito interessante, onde as pessoas sentem realmente orgulho pelas suas casas e pelo ambiente, que é tão limpo e organizado. O meu próximo novo desafio vai ser passar um Inverno frio, uma vez que estou habituada aos meses quentes de Dezembro do meu país!

Cubro o processo judicial de segunda a sexta. Todas as manhãs, passo algum tempo na sala do tribunal para observar o processo antes de deixar a verdadeira sala do tribunal para ver a audiência a partir do Gabinete de Imprensa. É aqui que gravo o áudio do tribunal e transformo os eventos do dia num boletim noticioso



Charles Taylor a ser julgado no Tribunal Especial para a Serra Leoa, Haia.
© Special Court for Sierra Leone

pronto para as estações de rádio da Serra Leoa transmitirem no final desse dia.

Muitas das testemunhas falam krio, que é a língua local falada por toda a Serra Leoa. Por conseguinte, gravo o processo em inglês e em krio. Isto ajuda a garantir que os ouvintes que não percebem inglês percebam o que se está a passar ao longo do julgamento.

O maior desafio é a escolha diária de um ângulo sobre o qual escrever. O tribunal está em sessão das 9h30 às 16h30 na maioria dos dias e tenho de transformar várias horas de testemunhos e de outros debates da sala de audiências em informações com duração de cinco minutos para um boletim noticioso em África.

O meu trabalho é todo produzido digitalmente, por isso utilizo um software para editar o material áudio da sala do tribunal e envio a versão final por e-mail a mais de 15 estações de rádio na Serra Leoa, incluindo estações de rádio como a Rádio da ONU, que transmite em todo o país.

Muitas das estações de rádio emitem igualmente programas locais que cobrem outros aspectos do julgamento e as questões de justiça transicional que afectam a própria comunidade. As entrevistas são igualmente utilizadas para magazines que fornecem uma oportunidade de os ouvintes participarem no programa quer por telefone quer através do envio de mensagens de texto. As estações de rádio que se situam nas províncias lêem os guiões dos meus relatórios em várias línguas locais como o mende e o temne, para que todos fiquem informados. Quando existe uma questão surpreendente no tribunal, algumas estações de rádio entrevistam-me para saberem mais sobre o que se está a passar.

E não são apenas as rádios que utilizam o material. Os jornais por toda a Serra Leoa e Libéria publicam igualmente o que produzi.

A minha relação com os juízes e os advogados é muito cordial. Nunca tive a oportunidade de entrevistar juízes, mas entrevistei as principais figuras da defesa e da acusação.

Conduzi uma série de entrevistas com o principal advogado de defesa de Charles Taylor, Courtney Griffiths QC, e a maioria das entrevistas foram publicadas em todos os jornais do meu país e da Libéria.

Não tenho qualquer contacto directo com as testemunhas, uma vez que os jornalistas que estão a cobrir o julgamento estão proibidos de as entrevistar: essa tarefa cabe às equipas de



defesa e acusação. A única forma de eu poder obter informações das testemunhas é gravando o que testemunham no tribunal e depois utilizar esse áudio nas minhas reportagens.

No final de um longo dia, penso que é bastante encorajador ouvir os meus amigos, familiares e antigos colegas dizer-me que ouvem os meus relatórios e se mantêm actualizados com o julgamento. Muitos deles disseram que os relatórios os ajudaram a compreender melhor o que provocou a guerra e os acontecimentos que ocorreram durante a mesma. Isto é realmente importante para mim porque demonstra que as pessoas estão mesmo a seguir o julgamento e estão a tornar-se mais interessadas por ver que se está a fazer justiça. ■

* Produtora da Serra Leoa/Repórter em Haia.



Mariama Khai Fornah no interior do Tribunal Penal Internacional, Haia.
© Special Court for Sierra Leone

Palavras-chave

Charles Taylor; Serra Leoa; Libéria; crimes de guerra; julgamento; Tribunal Especial para a Serra Leoa; Tribunal Penal Internacional (ICC); Haia; Freetown; Frente Revolucionária Unida da Serra Leoa (RUF).

Uma enorme experiência

Cobrir o julgamento de uma forma equilibrada, exacta e objectiva foi a forma como fui formada pela **BBC World Service Trust**, o meu empregador. Com fundos do Government's Foreign and Commonwealth Office do Reino Unido, a BBC consegue facilitar este projecto e a gestão de projectos de Claire Ziwa garante que os ouvintes da África ocidental percebem o julgamento. Esta oportunidade, até finais de Dezembro de 2008, proporcionou-me igualmente muita formação enquanto jornalista. As minhas técnicas melhoraram e sei que durarão até ao final da minha carreira, muito além do próprio julgamento.

Uma coisa que normalmente digo a mim mesma é que não sou os juízes, nem a acusação nem os advogados de defesa. Apenas sirvo de mediadora entre o povo da Serra Leoa e a Libéria e o que acontece no tribunal. O motivo pelo qual sou muito conscienciosa na forma como envio os meus relatórios é para evitar fazer juízos de valor sobre o acusado, o antigo presidente da Libéria Charles Taylor, uma vez que cabe ao tribunal decidir se é inocente ou culpado, não a mim.

Nunca é demais realçar a minha experiência na cobertura do julgamento em Haia. Na verdade, mudou a minha vida. Ajudou-me a melhorar imenso as minhas capacidades jornalísticas e forneceu-me uma óptima fonte de emprego e subsistência. Ajudou-me igualmente a contribuir para o desenvolvimento do meu país formando outros jornalistas e fornecendo a cobertura do julgamento de Charles Taylor a partir de Haia.

Chris Gollop

Assegurar a DEMOCRACIA nas CARAÍBAS

Harold Hoyte.
© The Nation (Barbade)

Harold Hoyte é um dos jornalistas mais respeitados das Caraíbas. Membro da União de Imprensa da Commonwealth desde 1966, iniciou a carreira de jornalista no Barbados Advocate em 1959, como secretário de redacção. Depois trabalhou em Barbados em três outros jornais entretanto desaparecidos, antes de co-fundar o jornal The Nation em 1973. Foi presidente e chefe de redacção do The Nation entre 1975 e 2006, ano em que se reformou. Depois de reformado foi nomeado Redactor Emeritus do jornal The Nation e é director da "One Caribbean Media (OCM) Limited", uma empresa de cúpula criada recentemente para supervisionar a fusão em 2006 das principais empresas de comunicação social de Barbados, Trindade, Jamaica e Granada. Em 2003 recebeu a Gold Crown of Merit, atribuída pelo Governo de Barbados pela sua relevante contribuição para a comunicação social.

Chris Gollop, redactor principal do The Nation, entrevistou recentemente Harold Hoyte, agora reformado, sobre a situação da comunicação social nas Caraíbas.

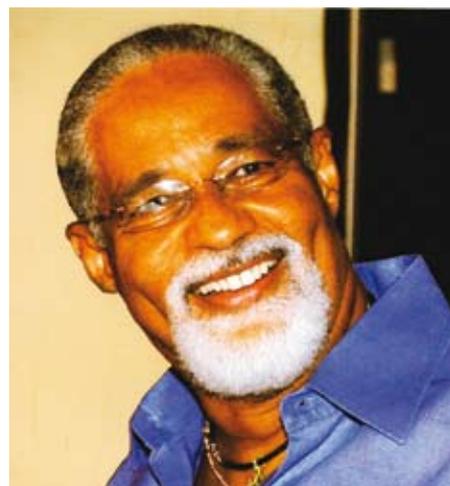
Comecemos por olhar para o crescimento do sector jornalístico nas Caraíbas de expressão inglesa nas últimas três a quatro décadas. Que papel, se é que teve algum, desempenhou o sector para assegurar a continuação de democracias florescentes na região?

JPenso que temos de dividir as Caraíbas de expressão inglesa em dois sectores. Existem os meios de comunicação social mais implantados nas chamadas "ilhas" maiores, como a Guiana, Jamaica, Trindade e Barbados, que têm uma longa história de jornalismo, e depois há a «sombra» de jornalismo nas ilhas mais pequenas como São Vicente, Santa Lúcia, São Cristóvão, etc. Nos países maiores penso que assistimos a um amadurecimento do jornalismo em termos de capacidade para reconhecer o seu papel em relação ao desenvolvimento do país e o equilíbrio entre dar apoio crítico ao governo e assumir o papel tradicional de voz do homem da rua, salientando os problemas com que o país se confronta. Penso que amadurecemos nesse sentido.

No caso das ilhas mais pequenas aquilo a que assistimos foi um enorme aumento principalmente de semanários, tendo alguns deles adquirido agora as suas próprias máquinas de impressão, que lhes dão uma sensação de independência. Penso que estes jornais vão ter um papel importante no desenvolvimento das democracias nas Caraíbas Orientais, em especial nos anos vindouros, uma vez que agora podem colocar as questões imediatamente em primeiro plano e os governos poderão dialogar muito mais com as pessoas, o que em minha opinião ajudará a reforçar as democracias nas Caraíbas Orientais.

Por isso penso que ao longo das últimas três ou quatro décadas assistimos a um enorme crescimento que irá certamente reforçar as democracias e proporcionar, tanto aos governos como às populações, uma plataforma para intercâmbio de notícias – por isso estou muito optimista.

Quando a Internet apareceu em cena houve algumas preocupações por parte dos editores de jornais em todo o mundo quanto ao facto deste fenómeno poder ter grande impacto na viabilidade da imprensa. Nas Caraíbas, contudo, o sector continua a florescer. No entanto, pensa que com o aumento do acesso à Internet ainda podemos assistir a um declínio do sector,



especialmente agora que os blogues se tornaram tão populares nos últimos tempos?

Não me parece que o sector da imprensa se deva sentir ameaçado – desde que dê a resposta correcta. Em muitos aspectos os editores têm de encontrar forma de assegurar que os jornais continuam a ser um bem essencial. O desafio consiste em assegurar que o nosso produto dá resposta a todos os problemas e todos os dias e que já não aceita a atitude tradicional de que existimos para relatar os acontecimentos do dia. Temos de reformular os jornais. O problema é a relutância dos seus gestores e dirigentes em tomarem esta decisão arrojada de reformular e remodelar. É preciso livrarmo-nos do conceito actual de como se faz um jornal e colocarmos a questão: “Este jornal que estou a

Uma primeira página histórica do célebre diário jamaicano The Daily Gleaner, dedicada a Bob Marley em 23 de Maio de 1981, depois do funeral da lenda do reggae.



BOB MARLEY BURIED IN ST. ANN

It was more like a carnival

The day belonged to Bob



IT WAS BOB MARLEY'S DAY ON THE STREET YESTERDAY. Tens of thousands of Jamaicans, young and old, thronged the streets, shouting and singing in praise of the reggae legend. The funeral procession, which started at 10.30 am, was a moving feast of music and dancing. The day was a carnival of joy and celebration.

Neb' national shrine soon: Marley statue first

At the funeral, the statue of Bob Marley was unveiled. It is expected to be placed in a new location in the future. The statue will be a tribute to the reggae legend and his contribution to Jamaican culture.

UWI workers stop over police on campus

Over 600 non-academic staff at the Mona Campus of the University of the West Indies stopped working yesterday in protest against the presence of armed police on campus. The workers demanded that the police be removed from the campus.

Crown closes case today in treason felony trial

The defence will close its case today in the treason felony trial. The trial is expected to last several more days. The Crown will present its case tomorrow.

Infants down in a tank

Two infants were found dead in a tank. The incident is being investigated by the police. The infants were found in a tank at a construction site.

What's happening in tourism?

The Jamaica Board and Tourism Authorities are reviewing the current state of the tourism industry. They are looking for ways to improve the industry and attract more tourists to Jamaica.

This is ting Country. JAMAICA'S GOLD MEDAL GRAPEFRUIT DRINK. Includes an image of a person and a bottle of the drink.

produzir é relevante para os consumidores actuais e se não é, como é que o posso mudar?" Não se trata apenas do formato nem do que é apresentado, mas também a forma como é apresentado. Por exemplo, normalmente a primeira página inclui a notícia mais importante do dia, mas na altura em que os leitores vão para a cama na noite anterior já sabem qual é essa notícia. Portanto, o que precisamos é de acordar as pessoas na manhã seguinte com a resposta para o problema. Isto significa que enquanto os leitores dormem, temos de encontrar as respostas. E penso que qualquer jornal que procure utilizar o conceito dos blogs, a ideia de introduzir múltiplos pontos de vista no sistema, sobreviverá, porque as pessoas estão habituadas a tocar, manipular e sentir um produto e não creio que o ecrã tenha substituído isso. Portanto, o produto que querem ter na mão é ainda o jornal, mas quando o abrem este deve falar-lhes do que querem, deve responder às suas perguntas; deve dizer-lhes o que outros dizem sobre o assunto. Ainda consideramos que a página do estrangeiro deve relatar uma ladainha de acontecimentos que ocorreram na véspera em todo o mundo. Em minha opinião já não é assim. O que temos de tratar é como é que esses acontecimentos nos afectam. Penso por isso que temos de deitar fora o velho e introduzir o novo. Mas se os directores dos jornais não o fizerem, prevejo uma grande diminuição de leitores e a perda do vigor e da relevância dos jornais.

televisão, que passaram a estar abrangidas pela estrutura única da One Caribbean Media (OCM). Pensa que isto é bom para o sector no seu conjunto? Não acha que a longo prazo se poderá assistir ao desaparecimento dos jornais que não entraram na fusão?

Penso que é bom sobretudo para a região. Porque? Estou satisfeito que com a nova ordem económica, estabelecida pela OMC, em que foram suprimidos todos os tipos de fronteiras e na qual o acesso às empresas não tem as restrições do passado, era muito possível que pudéssemos voltar ao antigo sistema em que grandes conglomerados de países cosmopolitas vinham a estas zonas comprar os jornais. A OCM quer criar um tampão contra isso e criar

o nosso próprio poder, de modo que não pudéssemos ser "apanhados" uns a seguir aos outros. Assim, alguém que venha às Caraíbas e queira comprar os principais jornais em Barbados, Trindade e Jamaica ou onde quer que seja, terá de os comprar todos e não de escolher - saímos assim reforçados. Também nos coloca numa posição em que podemos ir para outras partes do mundo - o que acredito que a OCM acabará por fazer. E podemos tornarmos no aventureiro que vai por aí e faz aquisições no Norte das Caraíbas, talvez nas Baamas ou nas Bermudas, tornando-se um poder como qualquer outro poder no domínio da comunicação social na Austrália, Nova Zelândia ou na Inglaterra ou nos Estados Unidos, para podermos competir como iguais. Nós, enquanto meios de comunicação social das Caraíbas, seremos iguais aos outros em qualquer parte do mundo e é isso que queremos poder fazer. De modo que depois de termos garantido as Caraíbas não tenhamos de voltar à situação em que outros nos dão ordens sobre o que devemos inserir no jornal. No que diz respeito aos jornais mais pequenos, é verdade que ficarão expostos e é muito possível que venham a ser absorvidos. Mas o que talvez possa acontecer, como se passou noutros países, é aparecer outro grupo que possa reunir outro conjunto de jornais e de estações de rádio e de televisão e assim por diante. ■

A versão completa desta entrevista pode ser lida no sítio Web de O Correio: www.acp-eucourier.info

A COMUNICAÇÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO nas ilhas do Pacífico

“**E**xiste inevitavelmente uma cobertura tendenciosa das notícias porque os principais órgãos da comunicação social da região foram propriedade do governo ou controlavam os (principais) jornalistas insulares, levando-os por vezes a fechar os olhos a políticas corruptas desenvolvidas sem a participação dos cidadãos”, diz Moala. Acrescenta que o negócio da comunicação social e os interesses comerciais usurparam o papel tradicional da informação. “A globalização teve um impacto tal nos meios de comunicação social que pouco está a ser feito para os adequar aos contextos socioculturais indígenas e locais. Em vez disso, os contextos socioculturais estão a ser progressivamente adaptados para caberem no modelo único de uma comunicação social globalizada”, refere Moala.

O professor de jornalismo David Robie, da Universidade Tecnológica de Auckland (AUT), diz que o jornalismo do desenvolvimento tem um papel fundamental a desempenhar no futuro da região do Pacífico Sul e que uma nova geração de jornalistas que receberam formação têm responsabilidade em relação às suas populações.

“Os jornalistas do Pacífico têm agora, mais do que nunca, a grande tarefa de incentivar a democratização da região e (fornecer) ideias avisadas sobre as questões do desenvolvimento com que os Estados insulares se confrontam. Os jornalistas têm de ser parte da solução e não parte do problema”, declarou ele.

Na verdade, isto também se aplica à prática do conceito de ‘jornalismo de paz’ dos jorna-

listas das ilhas do Pacífico, especialmente os que trabalham em “pontos quentes” como a Papuásia-Nova Guiné, as ilhas Salomão e as ilhas Fiji. Os jornalistas têm sido acusados de contribuir para as tensões e agressões através do seu estilo de reportagem e, utilizando o caso das ilhas Fiji, de “darem voz a autores e líderes de golpes de Estado”, por simplesmente lhes facultarem os microfones durante as épocas de crise e de difundirem as suas mensagens à nação na sua excitação e entusiasmo para conseguir aquilo que consideram uma notícia de última hora.

Assistente de jornalismo, Evangelia Papoutsaki, PhD, estabelecida na AUT, Nova Zelândia, afirma que tendo em conta as características distintivas dos países do Pacífico, nos podemos interrogar sobre os fins do jornalismo em termos da sua contribuição para o desenvolvimento das sociedades das ilhas do Pacífico.

Algumas observações dos meios de comunicação social do Pacífico que cobrem temas de desenvolvimento na região, diz ela, apontam para relatos superficiais, urbanos e elitistas, analisados pelos olhos dos doadores/agências de ajuda e organizações de desenvolvimento. Prossegue afirmando que “na maior parte dos casos os jornalistas estabelecidos em capitais obtêm os seus materiais em conferências e comunicados de imprensa... e que os meios de comunicação social tendem a dar pouco espaço à opinião das pessoas afectadas e os repórteres parecem ignorar o saber das comunidades locais em termos de como o desenvolvimento sustentável pode ser conseguido a partir do interior”.



Debbie Singh*

É necessária uma grande reforma dos meios de comunicação social no Pacífico, de acordo com o editor tonganês Kalafi Moala. Quais são os estrangulamentos no contributo da comunicação social para o desenvolvimento da região?

Papoutsaki afirma que isto tem origem na predominância dos valores e princípios jornalísticos ocidentais, numa falta de conhecimentos locais e no desejo de procurar e dar voz a esses conhecimentos.

“Só muito raramente é que vemos reportagens profundas baseadas nos princípios do jornalismo do desenvolvimento, que procura as vozes das comunidades locais e promove os conhecimentos e as soluções para as questões de desenvolvimento”, declara.

“Aprender como fazer investigação sobre desenvolvimento é uma forma de colmatar a lacuna na forma de fazer reportagens eficazes sobre questões de desenvolvimento. O jornalista precisa de passar a investigador para compreender melhor os relatórios baseados em investigação dos consultores e das agências internacionais e compreender melhor as suas comunidades, trabalhando para elas e também com elas.” ■

* Jornalista estabelecida nas Fiji.

Palavras-chave

Ilhas do Pacífico; meios de comunicação social; jornalismo; Kalafi Moala; David Robie; Universidade Tecnológica de Auckland (UNITEC); Evangelia Papoutsaki.

Marco Domeniconi*

FONDATION HIRONDELLE

meios de comunicação social em

ZONA DE CRISE para milhões

de auditores

O papel pacificador e cidadão da informação

As urnas ou as armas? A Serra Leoa saiu de uma guerra mortífera que causou cerca de 200.000 mortos, 2 milhões de deslocados, milhares de pessoas arbitrariamente amputadas dos braços como medida de intimidação: será possível, ao sair desta violência, exprimir-se por um simples boletim de voto livre e democrático?

As mulheres que estão na fotografia encontravam-se há alguns meses na cidade de Kabala, perto da fronteira com a Guiné. Kabala, teatro de 17 batalhas em dez anos de guerra. Duas destas mulheres são candidatas às eleições municipais. Respondem às perguntas de Millicent Massaquoi, jornalista da Fondation Hironnelle, uma fundação que apostou tudo no poder pacificador e de cidadania da informação.

Esta reportagem foi difundida por um programa realizado em colaboração entre a Fondation

Hironnelle e a mais antiga Universidade da África Ocidental, Fourah Bay College de Freetown. Uma ideia original e um enorme sucesso: 6 horas de boletins informativos, de debates políticos, de temas de sociedade difundidos em directo pela rádio da Universidade, mas igualmente pela das Nações Unidas e por uma dezena de rádios comunitárias parceiras. O essencial para a fundação é isso: uma informação rigorosa, credível, independente, que dá resposta à enorme necessidade desta população de acabar com as mentiras, a propaganda, os boatos e as manipulações. O debate político para obri-gar a cair do seu pedestal, inacessível, os chefes intocáveis que assim passam a ser responsabiliza-dos perante os simples cidadãos pelas suas decisões, a sua gestão e muitas vezes os seus abusos de poder.

Debates de sociedade para devolver a palavra às pessoas simples, para lhes dar acesso ao debate público, para que as mulheres possam

dizer que exigem a paz para se poderem ocupar dos filhos, para que os jovens possam dizer que querem um futuro sem pobreza, para que os pequenos conflitos e os escândalos permanentes possam ser denunciados: blocos operatórios sem electricidade devido à negligência dos serviços públicos, militares que exigem pagamentos das viaturas nas barragens, os lixos que se acumulam no centro da aldeia.

A Fondation Hironnelle fala na língua dos seus auditores, que agora só raramente é o francês ou o inglês. Na vizinha Libéria, a Rádio STAR difunde em 16 línguas diferentes, na República Centro-Africana a Rádio Ndeke Luka, outra rádio da Fondation Hironnelle, fala em sango. Na República Democrática do Congo, os cerca de 20 milhões de ouvintes da Rádio Okapi ganharam o hábito de escutar os seus programas em suahili, kikongo, tshiluba e lingala e também em francês, claro. Rádio Okapi: uma rádio com cobertura nacional, gerida em parceria com o

Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, tal como no Sudão a Rádio Miraya, que também passou a ser a mais ouvida, também uma rádio popular.

A Fondation Hironnelle criou a Rádio Televisão de serviço público em Timor, geriu com as Nações Unidas a Rádio Blue Sky no Kosovo e contribuiu para a cobertura das eleições nacionais com a rádio nacional do Nepal. Financiada por governos e nomeadamente em relação a muitos dos seus projectos, como na Serra Leoa, pela União Europeia, a Fondation Hironnelle é uma organização de jornalistas que desde 1995 faz rádio, cria instituições mediáticas, produz e difunde emissões.

Os seus colaboradores são, na grande maioria, cidadãos dos países onde trabalha. É no dia-a-dia, na reportagem, na escolha dos assuntos, na redacção das notícias, na entrevista difícil, no trabalho incessante do ponto de vista profissional que se forja a pouco e pouco em cada uma das suas rádios uma cultura de independência e de rigor jornalístico. É uma escola permanente, uma formação sem interrupção numa profissão que permite às mulheres, assim como aos homens, assumirem responsabilidades.

Concorrência desleal para os meios de comunicação locais? A experiência mostra o contrário. O receio muitas vezes é que os meios de comunicação social da fundação desapareçam: nesse caso, a protecção e o modelo que constituem faltarão para permitir a outros meios de comunicação exercerem verdadeiramente a profissão como a entendem. As estações de rádio da fundação têm cerca de cinquenta rádios parceiras.

Os meios de comunicação social da Fondation Hironnelle pertencem umas vezes aos doadores e outras à fundação quando os gere sozinha, ou às Nações Unidas quando são rádios das Nações Unidas geridas em parceria. Mas, de facto, pertencem àqueles para quem existem: os auditores. Em Isiro, cidade da RDC, circulou o rumor no Verão de 2005 que a Rádio Okapi ia suprimir o seu emissor local. Os estudantes da cidade mobilizaram-se e numa grande manifestação de protesto cujo slogan foi aquele com que sonhávamos: “A Rádio Okapi é nossa, não é vossa!”. ■

* Jornalista em funções em Genebra.
Para mais informações, consultar o sítio web:
www.hironnelle.org

Palavras-chave

Rádio; agência de notícias; Fondation Hironnelle; Ong; Sierra Leone; Fourah Bay College; Libéria; Timor; República Democrática do Congo; Kosovo; Nações Unidas.

Promover a justiça através da imprensa

A Fondation Hironnelle gere a Agência Noticiosa Hironnelle, em Arusha (Tanzânia), que desde 1996 cobre a actualidade judiciária relacionada com o genocídio ruandês, principalmente os trabalhos do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, mas igualmente os tribunais de “gatchacha” e os processos da justiça clássica no Ruanda. Graças nomeadamente ao apoio da União Europeia, da Noruega e da Bélgica, é a única agência noticiosa a cobrir regularmente estes acontecimentos, desde os primeiros dias sem interrupções e em 4 línguas, contribuindo assim para a promoção da justiça e para a luta contra a impunidade.

www.hirondellenews.org



Projecto Cotton Tree News, Serra Leoa, 2008
© Fondation Hironnelle/Jean-Claude Capt

Marie-Martine Buckens

O “papel importante” da **IMPRENSA SATÍRICA** na dessacralização do poder em **Afrique**

Le Lynx na Guiné, Le Cafard Libéré (Senegal), o Journal du Jeudi (Burquina Faso) ou ainda Le Gri-Gri International (“refugiado” em França), conheceram todos, em graus diversos, o espectro da censura. Nos países onde a democracia tem dificuldade em se impor, a sátira atrai por definição a censura. É o que explica o sociólogo Souleymane Bah na sua tese sobre a imprensa satírica na África francófona.*

Denunciar os abusos do poder não é tarefa simples. Michel Ongoundou, director do semanário satírico gabonês *La Griffie*, sabe bem disso. Foi proibido de exercer o jornalismo no Gabão e o seu jornal foi suspenso em Fevereiro de 2001. Exilado em França, criou com outros jornalistas *Le Gri-Gri International*, actualmente no sexto ano de vida. Na Guiné, *Le Lynx*, “semanário satírico independente”, também é vítima muitas vezes de sanções por parte do círculo de próximos do Presidente Lansana Conté.

O receio de sanções não parece assustar o director do *Gri-Gri*, Michel Ongoundou: “A imprensa é como uma gota de água que cai na rocha. Não se pode avançar de rompante. Têm de se conquistar pequenos espaços. Vê-se que a via das urnas, por exemplo, não funciona. É por isso que se deixa de fazer oposição?”, declarou a Souleymane Bah.

O seu optimismo, tempera o sociólogo, mas igualmente desde há alguns anos cronista do *Lynx* da Guiné, mostra no entanto que o caminho a percorrer ainda é longo: “A imprensa satírica africana, vista de um lado como diversão pública, cuja palavra não tem qualquer consequência, e de outro como uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais com os seus conteúdos complicados, desempenha actualmente um papel importante na dessacralização do poder em África. Mas a questão que naturalmente se pode pôr é a de saber se a sua constituição como um espaço inviolável e sobretudo como um espaço de legitimação política não contribuirá para minar o seu próprio esforço de saneamento da gestão pública do continente. Ficarmos então, como diz a sabedoria popular guineense, na posição do apanhador de amendoins, que faz o seu trabalho sempre a andar para trás...” ■

* *Altérité, hybridité, originalité. La presse satirique en Afrique francophone* - Souleymane Bah - Ed. L'Harmattan



Fundado em Agosto de 1991, o Journal du Jeudi, conhecido vulgarmente por ‘JJ’, é considerado pelo jornal ‘Courier international’ como sendo “provavelmente um dos melhores jornais satíricos que apareceram nas bancas desde os anos 90 na África francófona”. Nesta imagem aparece uma capa esboçada por Damien Glez. Uma curiosidade: Hamidou Zoetaba colabora com o “JJ”.
Autorização do Journal du Jeudi.

Palavras-chave

Imprensa satírica; Souleymane Bah.



PARA A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A DEFESA DOS SEUS DIREITOS

AMINATOU SAR, instrutora de crianças jornalistas

Ela era a coqueluche do Fórum “Meios de Comunicação Social e Desenvolvimento” de Uagadugu. Estilo ponderado, conciso e pedagógico nos seus discursos, apoiado por uma combatividade e uma firmeza não desprovida de elegância. Aminatou Sar é a coordenadora regional (África Ocidental) dos projectos “Meios de comunicação social para as crianças” da ONG internacional PLAN, orientada para a defesa dos direitos dos mais jovens.

Louis Michel a ser gravado durante o Fórum Meios de Comunicação Social e Desenvolvimento, em Uagadugu.
© Forum Media and Development



No início do fórum, a presença do grupo de adolescentes que ela acompanhava representou uma lufada de ar fresco naquele tipo de comício bastante austero. Contudo, à medida que os jovens eram incitados pelos profissionais dos meios de comunicação social, estes últimos aperceberam-se que estavam a lidar com verdadeiros colegas, lutadores e concisos, e não com meras crianças. E, pouco a pouco, as atenções começaram a recair sobre este grupo de adolescentes. Aminatou Sar deixou-os por conta própria, certa da capacidade que tinham para gerir a sua própria comunicação. O comissário Louis Michel teve mesmo uma longa conversa com alguns destes jovens e convidou alguns a deslocarem-se até Bruxelas.

Perante estes jovens, Aminatou Sar parece comportar-se mais como uma instrutora do

que como uma gentil organizadora; ela está convencida de que a entrada nos meios de comunicação social, senão a sua penetração pelos jovens, é determinante para o respeito dos seus direitos num mundo onde a comunicação é cada vez mais premente. As crianças têm com quem aprender quanto à crítica do funcionamento da imprensa da actualidade. Numa entrevista ao Correio, Aminatou Sar não poupou críticas ao que considera ser uma cumplicidade entre o poder e a imprensa, pelo menos, na sua região e, sobretudo, no seu país, o Senegal. Ela desmonta o mecanismo passo a passo para demonstrar como funciona essa convivência. Ao mesmo tempo que elogia o trabalho realizado pelos meios de comunicação social comunitários, sobretudo as rádios, ela não deixa de condenar a atitude de alguns pequenos empresários dessa imprensa que, muitas vezes, não são jornalistas e que, de forma descarada, não pagam o suficiente aos seus funcionários.

O projecto “Meios de comunicação social para as crianças” teve por primeiro local de exploração o Senegal, há mais de dez anos, e desenvolve-se actualmente numa dúzia de países da sub-região. Aminatou Sar salienta que “é uma pena que seja uma ONG a fazer o trabalho. Poderia pensar-se numa rádio local”. Em 2008, cerca de 4500 jovens participaram na região em emissões em, aproximadamente, 450 estações de rádio. Segundo Aminatou Sar, o envolvimento das crianças na imprensa tem como primeira consequência uma alteração nas relações entre pais e filhos: os filhos devolvem por vezes a confiança aos pais e retomam a

confiança em si mesmos no regresso à escola. Por vezes, devido à falta de profissionalismo (apenas 30 a 40% dos jornalistas tiveram uma formação adequada), aos baixos salários (em média, menos de 100 dólares americanos por mês) ou aos escassos meios de informação (5% dos profissionais possuem computadores) na região, de acordo com um estudo citado pela representante da PLAN, o direito das crianças é desrespeitado nos meios de comunicação social. Citam, por exemplo, sem pudor, o nome de uma criança abusada sexualmente.

As crianças que intervêm nos meios de comunicação social incitam frequentemente aqueles que as convidam a munir-se de ferramentas intelectuais para melhor realizarem o seu trabalho. A PLAN criou um verdadeiro ensino escolar no qual as crianças se iniciam em todas as bases do trabalho jornalístico, mas também na defesa dos seus direitos enquanto crianças e na sensibilização dos seus interlocutores, dos meios de comunicação social, das autoridades políticas e afins relativamente à urgência da questão. Para além disso, aprendem a preparar temas relativos a questões diversas (excisão, casamento forçado, direito de brincar, etc.) para todos os tipos de meios de comunicação social e a apresentá-los. Não se trata somente dos meios de comunicação de massas: eles utilizam igualmente outros meios de comunicação social como a produção de discos musicais e de outros suportes. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Aminatou Sar; PLAN; crianças jornalistas.



Sandra Federici

Jovens

PLANÈTE JEUNES : Para conhecer e entreter-se...

Uma capa do Planète jeunes. |

A capa da *Planète Jeunes* não é diferente de todas as capas das revistas europeias especializadas na juventude, com imagens de estrelas do desporto e da música, e os títulos dos artigos. Contudo, o objectivo da revista é definido por um projecto de promoção da leitura e da cidadania para que os jovens africanos (15-25 anos) possam «abrir-se ao mundo, informar-se para ter êxito, mobilizar-se para avançar, exprimir-se e mudar».

PA *Planète Jeunes* visa, efectivamente, despertar o interesse da juventude africana através de uma linguagem lúdica e na moda: os textos são breves, simples, bem espaçados, acompanhados de numerosas caixas explicativas e de fotografias. A criação da revista é confiada a uma equipa de colaboradores africanos sediados em Paris e num grande número de países africanos. Para os mais pequenos, existe a revista *Planète Enfants*. Distribuídas em mais de 25 países da África francófona, do Oceano Índico e das Caraíbas, elas chegam a mais de um milhão de leitores.

Passemos a palavra ao chefe de redacção, Eyoum Nguangé.

A revista Planète Jeunes inclui as cartas dos leitores e anima um fórum na Internet: quais são os desejos, as aspirações, os sonhos dos jovens africanos?

É difícil responder directamente a essas perguntas, tanto os sonhos como os desejos e as vontades dos jovens são numerosos e variados. Uma parte recorrente da correspondência contém os motivos condutores que incentivam os jovens a construir uma África forte e que recusa a fatalidade da miséria. Outras correspondências contêm as angústias quase existenciais da juventude (na aceção universal do termo) relativamente a questões como a orientação escolar, a amizade, o amor, a sexualidade, a autoconfiança, o medo do futuro, etc. Mas recebemos igualmente muitas produções

literárias: cartas de amor, poesias e canções. Como todos os outros jovens da região, eles estão preocupados com o seu futuro imediato (a escola, o trabalho) e com um futuro muitas vezes incerto (a paz, o ambiente, etc.). No entanto, observámos uma alteração nos modos de comunicação. No passado, recebíamos um número significativo de correspondências por correio postal. Hoje em dia, a maior parte das cartas chega por e-mail. Sentimos igualmente o impacto das mutações tecnológicas nos jovens através da evolução da sua expressão para a linguagem SMS que infelizmente encontramos nas cartas.

E a revista Planète Enfants, a “irmã mais nova” da Planète Jeunes que nasceu em 1998, como é que se está a desenvolver?

A *Planète Enfant* tornou a alcançar a *Planète Jeunes* ao nível da difusão. O número de assinaturas está a aumentar. Nas escolas, ela serve de apoio didáctico aos docentes e iniciou uma parceria com organizações como a UNICEF, o Plano Internacional, a Organização Mundial de Saúde e o Secretariado Internacional do Trabalho com vista à realização de campanhas sobre a segurança rodoviária, o trabalho infantil, o registo dos nascimentos, etc. A principal diferença entre as duas revistas está em quem as compra: os pais compram a *Planète Enfants*, enquanto que a *Planète Jeunes* é adquirida pelos próprios adolescentes.

A que tipo de jovens se dirigem? Aos jovens que adoram os mitos ocidentais como o futebol e a música?

Graças à tecnologia digital, os jovens africanos recebem exactamente as mesmas imagens que os jovens do resto do mundo. Estão ligados em directo aos canais por cabo e por satélite que difundem ao longo do dia videoclips americanos de hip-hop. Assistem aos jogos de futebol de todos os grandes estádios da Europa e da América Latina. Ainda que abertos ao mundo, eles mantêm os pés bem assentes na terra.



Gostam tanto das estrelas americanas como dos actores das sitcoms com pequenos orçamentos que falam a linguagem de rua africana e abordam temas da sociedade. São doidos pelo *coupé-décalé*, corrente musical praticada pelos jovens costa-marfinenses com um ritmo de fundo congolês. Deste modo, para a *Planète Jeunes*, trata-se de gerir este grande afastamento entre o global e o local. Por este motivo, a nossa revista pode surgir como uma espécie de ligação entre as informações sobre as vedetas americanas, os cabeças de cartaz africanos do futebol ou da música, os temas da sociedade que abordam a dependência dos videojogos, os temas da actualidade como a presença chinesa em África ou as eleições americanas. Sem esquecer o emprego, as ciências, a moda, a saúde (nomeadamente o problema da SIDA), o humor por meio de desenhos ou de BD e as viagens. ■

Palavras-chave

Planète Jeunes; Planète Enfants; juventude africana; África; Eyoum Nguangé.



Internet

Mike Jensen*

Tendências no FOSSO DIGITAL em ÁFRICA

A maior parte dos países em África registou atrasos no seu progresso para uma Sociedade da Informação, em grande medida devido aos seus baixos níveis de rendimentos e à falta de uma infra-estrutura de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Consequentemente, a maioria dos africanos das zonas rurais não tem, nos dias de hoje, acesso à telefonia básica, para não falar da Internet — em Dezembro de 2007, apenas 5 por cento da população africana tinha uma ligação à Internet e a penetração da banda larga era inferior a 1 por cento. Ainda assim, têm ocorrido recentemente algumas melhorias significativas que sugerem que o continente está agora a realizar francos progressos para aderir à economia global interligada em rede.

A telefonia móvel é agora o principal modo de acesso TIC em África, onde os telemóveis ultrapassam em número as linhas fixas numa relação aproximada de dez para um. As taxas de crescimento das comunicações móveis são as mais elevadas no mundo, lideradas por países com entradas no mercado mais recentes, tarifas mais competitivas e cobertura melhorada.

Ao mesmo tempo que o acesso TIC no continente é de um modo geral muito baixo, a grande disparidade nos níveis de rendimento, na dimensão da população e nas políticas relativas às infra-estruturas das telecomunicações provocou níveis desiguais de distribuição. Por exemplo, mais de 75 por cento das linhas fixas encontram-se em apenas 6 das 53 nações africanas. De igual modo, quatro dos 53 países em África representam quase 60 por cento dos utilizadores da Internet na região e apenas 22 dos 53 países têm banda larga. Países com populações com acesso à Internet com mais de 1 milhão de pessoas (por ordem de tamanho): Nigéria, Marrocos, Egipto, África do Sul, Sudão, Quénia, Argélia, Tunísia e Zimbabué.

Uma das principais razões para os baixos níveis de acesso TIC no continente tem sido a existência de grandes populações rurais e a

Kim Taylor (África do Sul), Deconstructing creativity. Banda desenhada candidata ao Prémio da Banda Desenhada de África, 2002.



infra-estrutura limitada de telecomunicações terrestres (as ligações via satélite são dispendiosas e relativamente lentas). O período que antecedeu o fenómeno «ponto.com» em 2000 assistiu a biliões de dólares de investimento nos novos cabos de fibra óptica nos países desenvolvidos, enquanto o continente africano ficou de fora desta tendência devido aos seus mercados de menor dimensão. Desde então a procura aumentou e existe um grande aumento no número de projectos de fibra óptica. Um estudo africano recente encontrou a maior edificação de infra-estruturas de telecomunicações de longa distância registada até à data. No final de 2007, foram postos em circulação mais de mil milhões de dólares em contratos para cerca de 30.000 km de fibra óptica em 17 países, com empréstimos provenientes do «China Exim Bank» para aproximadamente dois terços do valor.

A nível internacional, a infra-estrutura de fibra óptica é essencial para introduzir largura de banda suficiente com vista a uma economia interligada em rede, e várias agências africanas têm trabalhado nesse sentido. Entre os primeiros grandes projectos internacionais a serem lançados estava o «East African Submarine Cable System» (EASSy) cujo objectivo consiste em estabelecer uma rede de base de fibra óptica ao longo da maior costa do mundo sem ligação, desde a África do Sul até ao Sudão, com seis pontos de acesso terrestre ao longo do percurso. Além disso, emergiram outros projectos privados concorrentes de carácter similar como o SEACOM, o LION e o FLAG, e o «West African Cable System» (WACS). ■

*Mike Jensen é um consultor independente com experiência em mais de 30 países africanos, prestando assistência no estabelecimento de sistemas de informação e de comunicação ao longo dos últimos 15 anos.

Palavras-chave

Internet; África; Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC); móvel; «East African Submarine Cable System» (EASSy); fibra óptica.